

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, junho de 2018, número 126. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Da inércia ao retrocesso da reforma agrária no Paraná

ARTIGO DO MÊS

A violação dos direitos dos povos do campo acriano mediante os projetos de desenvolvimento sustentável

<http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php>

EVENTOS

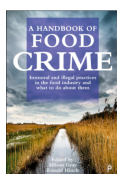
**Seminário da ABRA - Questão Agrária em Tempos de Regressão Política:
Desafios e perspectivas**

SGAN - Brasília, 23 e 24 de agosto de 2018.

I Congresso Ibero-Americano Nós Propomos

IGOT/Lisboa – Portugal, 07 a 12 de setembro de 2018.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



A handbook of food crime. Immoral and illegal practices in the food industry and what to do about them.

Edited by: Allison Gray and Ronald Hinch.

In this insightful book, Gray and Hinch explore the phenomenon of food crime. Through discussions of food safety, food fraud, food insecurity, agricultural labour, livestock welfare, genetically modified foods, food sustainability, food waste, food policy, and food democracy, they problematize current food systems and criticize their underlying ideologies.



De Olho no Paraguai

Realização: De Olho nos Ruralistas.

Está no ar o site De Olho no Paraguai. Em 36 reportagens, ele conta um pouco da história do domínio de uma boa parte do território paraguaio por latifundiários – e empresas agropecuárias – brasileiros. Não se trata de mais um relato sobre a presença de brasiguaios, os colonos, no país vizinho. É sim de um retrato dos grandes proprietários de terra, que não necessariamente moram no Paraguai. Para ver: goo.gl/834dFe



PodCast Unesp – Pod Territorial.

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

EQUIPE:

Editoração: Danilo Valentin Pereira e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério (bolsista FAPESP) e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

DA INÉRCIA AO RETROCESSO DA REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ

Djoni Roos

GEOLUTAS/Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
djoni_roos@yahoo.com.br

João Edmilson Fabrini

GEOLUTAS/Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
joaofabrini@gmail.com

INTRODUÇÃO

O contexto vivenciado no Brasil pós golpe de 2016 é de retrocessos diversos, dentre os quais se destaca o retrocesso da reforma agrária. O poder do setor ruralista expresso no agronegócio latifundiário tem aumentado e as ações de resistência de camponeses, indígenas e trabalhadores estão sendo combatidas com extrema violência. É como se o setor ruralista estivesse legitimado politicamente para praticar violências diversas. Neste contexto golpista, no Paraná, se havia uma estagnação na reforma agrária e política de assentamentos nos governos Dilma Rousseff (2010-2014 e 2014-2016), agora se verifica um movimento de retrocesso, ou seja, a reforma agrária antes parada, agora anda para trás. O despejo em 2017 de 100 famílias de posseiros que viviam há mais de 25 anos numa área no município de Pinhão/PR é evidência desse retrocesso.

A CONJUNTURA DA LUTA PELA TERRA NO PARANÁ NO CONTEXTO PÓS GOLPE DE 2016

A partir de 2014 houve aumento no número de ocupações de terra no Paraná, bem como, de famílias envolvidas nestas ações, como se verifica nos gráficos 01 e 02. As ocupações de terra construídas pelos movimentos camponeses e indígenas atingem o cerne do poder do agronegócio latifundiário no estado. Exemplar são as ocupações massivas realizadas nas áreas griladas pela Araupel nos municípios de Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Iguaçu. Portanto, há nos últimos anos, uma ampliação das mobilizações camponesas e indígenas pela conquista da terra e território. Neste contexto de luta pela terra e pelo território é importante destacar que, em 2017, das 09 ocupações de terras registradas pelo Dataluta/PR, 03 foram realizadas por indígenas, sendo duas destas efetuadas pelos indígenas Guarani no Oeste do Paraná.

Gráfico 01: Número de ocupações de terra no Paraná – 1988-2017

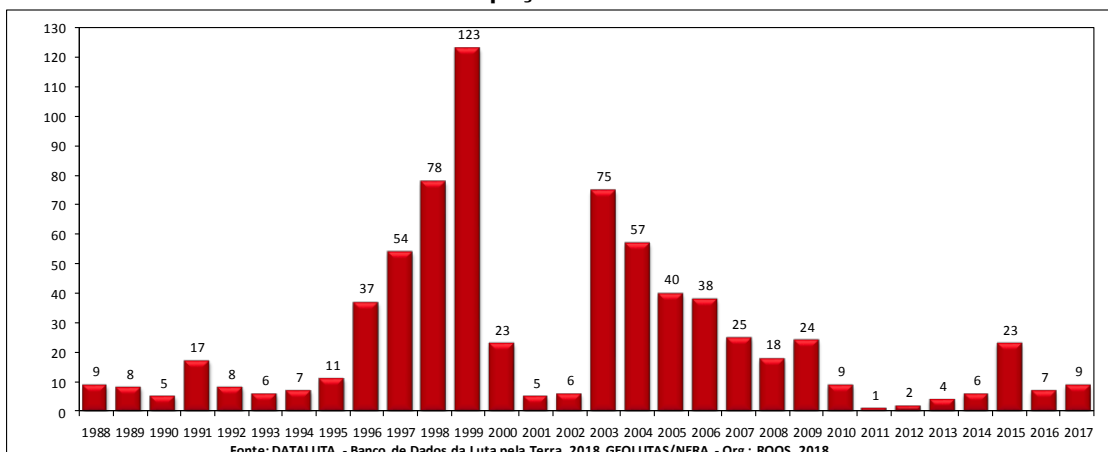
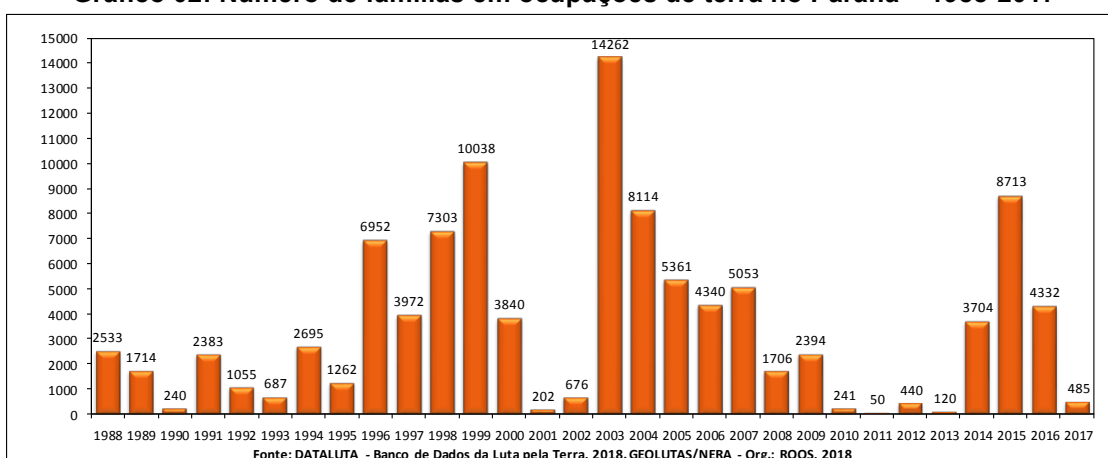


Gráfico 02: Número de famílias em ocupações de terra no Paraná – 1988-2017



Existem no Paraná aproximadamente 11.000 famíliasⁱ, de diversos movimentos socioterritoriais, em acampamentos e ocupações de terra. Observa-se, no entanto, que as ações de lutas e resistências não se resumem às ocupações de terra, pois existem as manifestações como marchas, caminhadas, bloqueio de rodovias, abertura das cancelas de pedágio, concentração em espaços públicos, ocupação e acampamento em prédios públicos e privados, seminários, encontros, dentre outras manifestações realizadas de acordo com as circunstâncias políticas regionais e locais. No ano de 2017 foram realizadas 28 manifestações no Paraná, envolvendo aproximadamente, 12.080 pessoas de diversos movimentos camponeses e indígenas (DATALUTA, 2018). Portanto, na atualidade, há um conjunto de lutas e conflitos no campo paranaense expressos nas manifestações, ocupações e acampamentos de sem-terra.

Tais ações da luta pela terra revelam que é inconteste a existência de uma questão agrária assentada na concentração fundiária e apropriação ilegal (grilagem) de terras no Paraná. Exemplar são os imóveis de posse da madeireira Araupel em Quedas do Iguaçu, os quais, inclusive, já tiveram seus títulos de propriedade declarados nulos pela Justiça Federalⁱⁱ, porém, ainda se encontram em litígio.

Além disso, observa-se, especialmente a partir de 2016, o agravamento dos conflitos pela terra, a intensificação da criminalização dos movimentos socioterritoriais e o aumento da hostilidade por parte do

Estado, como o ocorrido nas violências praticadas contra os camponeses em Quedas do Iguaçuⁱⁱⁱ e no despejo das famílias do acampamento Sebastião Camargo^{iv}. Em ambas as situações a força repressiva da Polícia Militar (PM) do Paraná foi utilizada de forma violenta. No primeiro caso, a ação da PM contra os camponeses do acampamento Dom Tomás Balduino, localizado na ocupação da Araupel no município de Quedas do Iguaçu, resultou no assassinato dos camponeses Vilmar Bordim e Leonir Orback e deixou vários sem-terra feridos. No acampamento Sebastião Camargo, localizado na ocupação da Fazenda Santa Maria no município de Santa Terezinha do Itaipu, as 1.200 famílias ocupantes, foram violentamente despejadas pela Polícia Militar. Também se inscreve neste contexto o despejo de 400 famílias, em abril de 2017, que ocupavam as terras da Usina Central do Paraná, no município de Porecatu. As terras do grupo Atalla são reivindicadas há muitos anos pelos camponeses sem-terra, pois, além do histórico de utilização de trabalho escravo, tais terras já foram declaradas improdutivas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e ainda os proprietários acumulam dívidas com o Estado. Acrescenta-se também o despejo de aproximadamente 300 famílias que ocupavam a Fazenda Lupus do Grupo Nutriara, no município de Alto Paraíso em 2017, pela Polícia Militar.

Os conflitos pela terra demonstram que a questão agrária continua em evidência no Paraná, e que, para tanto, a realização da reforma agrária e a demarcação dos territórios dos povos originários e tradicionais é fundamental. Ressalta-se que desde 2015, nenhuma família foi assentada no Paraná, conforme demonstram os Gráficos 03 e 04. Também não houveram demarcações de territórios tradicionais dos povos indígenas e quilombolas nos últimos três anos.

Gráfico 03: Número de assentamentos rurais criados no Paraná – 1981-2017

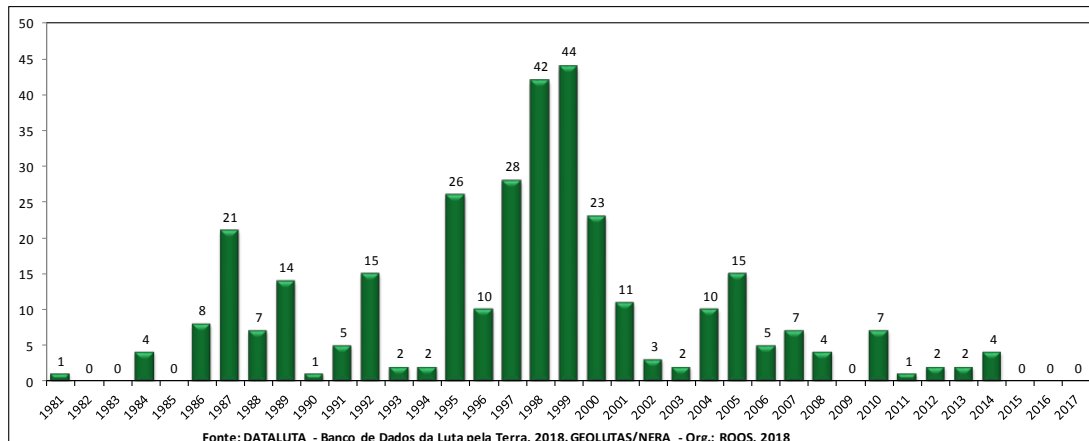
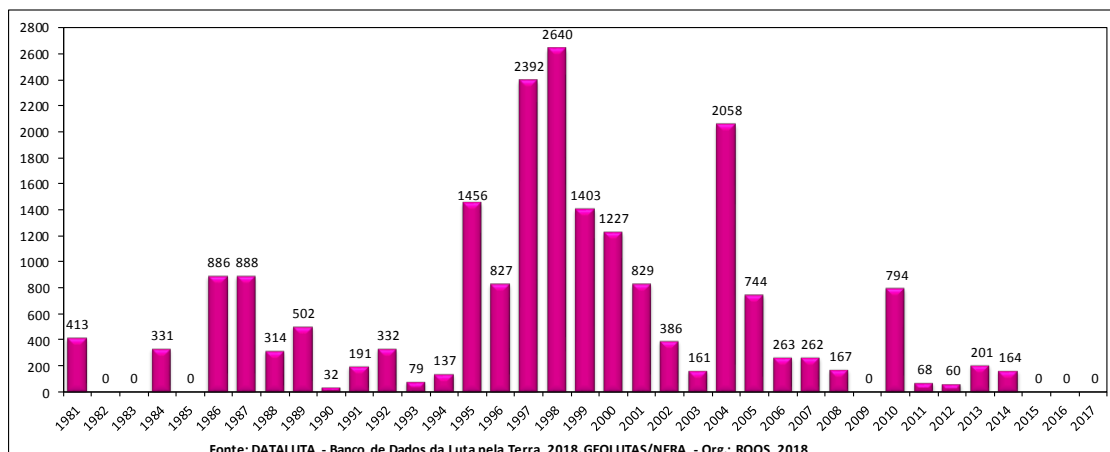


Gráfico 04: Número de famílias assentadas no Paraná – 1981-2017

Acrescenta-se ao contexto de violência no campo paranaense, o despejo de posseiros. Esse foi o caso do despejo de 100 famílias de posseiros que viviam há mais de 25 anos em comunidades rurais no município de Pinhão. Esse despejo foi autorizado pelo STF (Supremo Tribunal Federal) atendendo solicitação da madeireira Zattar, grupo que acumula altas dívidas junto ao tesouro nacional. Para o cumprimento dessa ordem judicial, o governo do estado deslocou grande aparato policial que além de expulsar as famílias de suas terras demoliram residências, escolas, igrejas, padaria comunitária, dentre outras benfeitorias construídas pelos camponeses. Agravante é o fato dos camponeses sequer terem sido avisados com antecedência da ordem de despejo, não havendo possibilidade nem mesmo de retirar os pertences pessoais.

O conflito entre camponeses e a Madeireira Zattar é um dos mais emblemáticos do Paraná. Sua origem data do final da década de 1940 e início de 1950, quando a política fundiária do governo estadual de Moisés Lupion permitiu a apropriação de grandes áreas de terras no Centro-Sul do Paraná, expulsando as famílias que as ocupavam desde o Brasil imperial. Antes da chegada do latifúndio Zattar, existiam aproximadamente 2 mil famílias de posseiros que viviam nestas terras em comunidades tradicionais, conhecidas como faxinais. O despejo das famílias de Pinhão desencadeou inúmeras manifestações dos camponeses organizados no Movimento dos Posseiros de Pinhão, Movimento dos Faxinalenses e do MST, como fechamento de rodovias na região e a reocupação das áreas em 14 de dezembro de 2017 com aproximadamente mil famílias.

O despejo dessas famílias posseiras é um indicativo de que há um retrocesso na reforma agrária no Paraná, pois já estavam “assentadas” há mais de duas décadas e perderam suas terras. Isso indica que não há apenas paralisação da reforma agrária como demonstrado no gráfico 03, que demonstra que não foi feito nenhum assentamento desde 2015, mas aqueles assentamentos que existem estão retornando às mãos latifundiárias.

Neste cenário de retrocessos no estado do Paraná, tem-se aumentado também (ou aflorados pela legitimação) discursos de ódio e que incitam a violência contra os povos indígenas, especialmente no Oeste, onde se localizam as principais áreas de retomadas Guarani no estado. Tais discursos fortificados a partir dos Sindicatos Rurais de Guaíra e Terra Roxa, Organização Nacional de Garantia ao Direito de

Propriedade (ONGDIP) e associações empresariais, têm sido disseminados por políticos locais e regionais culminando, inclusive, na intimidação do trabalho do Grupo Técnico destinado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) à realização dos estudos fundiários para possível demarcação de terras indígenas. Os segmentos ruralistas, favorecidos pela conjuntura política golpista que os fortaleceu, se arvoram, inclusive, impedindo que doações cheguem aos indígenas, como o ocorrido em dezembro de 2017, em que as entradas da Tekoha Y’Hovy em Guaíra foram bloqueadas para impedir que um carregamento de madeira para construção de moradias, casas de rezas, dentre outras, adentrassem à aldeia. Os ruralistas realizaram ainda um ato na cidade de Guaíra em dezembro de 2017 em protesto contra as demarcações de terras indígenas. Tais atos, apoiados pelas associações comerciais, contra a demarcação de terras indígenas, também foram realizados em outros municípios do Oeste paranaense, como por exemplo, em Santa Helena em março de 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dessas considerações é possível verificar que a conjuntura política de golpe fortaleceu os segmentos ruralistas em todo Brasil, com destaque para o Paraná. Essa conjuntura política deu “carta branca” para a prática de violências diversas contra os camponeses e indígenas, principalmente. Essa conjuntura ainda, permitiu que no Paraná houvesse um retrocesso na reforma agrária em 2017, pois famílias posseiras “assentadas” há mais de 20 anos, perderam suas terras camponesas, as quais, retornaram para as mãos latifundiárias. Portanto, se no governo Dilma a reforma agrária estava parada, agora, depois do golpe, ela anda para trás no Paraná.

Eis, pois, porque é possível afirmar que o Paraná passou da “inércia” para o “retrocesso” na reforma agrária a partir do golpe aplicado pelas elites em 2016.

REFERÊNCIAS

CARIGNANO, Júlio. **Intervenção federal despeja dezenas de famílias no interior do Paraná**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2017/12/01/intervencao-federal-despeja-mais-de-100-familias-no-interior-do-parana/>>. Acesso em: 02 de dezembro de 2017.

CÁRITAS BRASILEIRA REGIONAL PARANÁ. **Nota de repúdio ao despejo das famílias em Pinhão**. Disponível em: <<http://pr.rcr.org.br/noticias/religiao-4/04-12-2017/nota-de-repudio-ao-despejo-das-familias-em-pinhaoparana>>. Acesso em: 06 de dezembro de 2017.

CLÉPS JÚNIOR, João. Descaminhos da Reforma Agrária no contexto das reformas neoliberais e da crise institucional no Brasil. **Boletim DATALUTA**, n.120, NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente (SP), dez. 2017.

DATALUTA. **Banco de dados da luta pela terra**. Presidente Prudente: NERA. 2018

DATALUTA-PARANÁ. **Banco de dados da luta pela terra - Paraná**. Marechal Cândido Rondon: GEOLUTAS. 2018

FABRINI, João Edmilson. Sem-Terra: da centralidade da luta pela terra à luta por políticas públicas. **Boletim Dataluta**, nº 86, p. 02-05, fev. 2015. Disponível em:<http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_02_2015>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2015.

Disponível em www.fct.unesp.br/nera

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. São Paulo: Outras Expressões, 2014. 144p.

FELICIANO, Carlos Alberto. Raízes da violência no campo brasileiro. **Boletim DATALUTA**, São Paulo, mar. 2016. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_3_2016.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

FERNANDES, Bernardo Maçano *et al.* A Questão Agrária na Segunda Fase Neoliberal no Brasil. **Boletim DATALUTA**, n. 109, NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente (SP), jan. 2017.

GIRARDI, Eduardo Paulon (org.). FCT/Unesp. **Relatório DATALUTA Brasil 2016**, NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente (SP), Dez. 2017.

MANIFESTO DE APOIO ÀS COMUNIDADES GUARANI DO OESTE DO PARANÁ. Disponível em: <<http://questaoagrariapr.blogspot.com.br/2017/12/manifeste-de-apoio-as-cominidades.html/>>. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

SOBREIRO FILHO, José *et al.* O golpe na questão agrária brasileira: aspectos do avanço da segunda fase neoliberal no campo. **Boletim DATALUTA**, n.122, NERA, FCT/UNESP, Presidente Prudente (SP), fev. 2018.

ⁱ Informação obtida diretamente junto aos movimentos camponeses.

ⁱⁱ <https://www.brasildefato.com.br/2017/08/02/pr-justica-federal-declara-nulos-os-titulos-de-imovel-da-madeira-araupel>.

ⁱⁱⁱ <http://terradedireitos.org.br/casos-emblematicos/massacre-de-quedas-do-iguacu/15787>.

^{iv} <http://www.mst.org.br/2016/05/18/governo-de-beto-richa-despeja-de-1-2-mil-familias-sem-terra-no-pr.html>.